



Grupo que transferia fraudulentamente veículos é desarticulado

Um complexo esquema de fraude envolvendo transferência de veículos foi o alvo da operação Ghost Truck, desencadeada pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) nesta semana. Cinco pessoas foram presas e 30 mandados de buscas e apreensão cumpridos nas cidades de Belo Horizonte, Engenheiro Navarro, Joaquim Felício, Montes Claros e Nova Lima.

Dentre outras medidas, as investigações conduzidas pela 5ª Delegacia Especializada em Investigação a Furto e Roubo de Veículos Automotores (DEIFRVA) – que integra a Divisão Especializada em Prevenção e Investigação a Furto e Roubo de Veículos Automotores (DEPIFRVA) – culminaram com o sequestro judicial de R\$ 15 milhões das contas dos envolvidos no esquema criminoso. “Além disso, apreendemos 14 veículos, conseguimos o impedimento de outros 218 utilizados pelos investigados e de uma moto aquática, além do sequestro judicial de imóveis”, descreveu o chefe da DEPIFRVA, delegado Domiciano Monteiro.

Dos presos, três foram detidos em Belo Horizonte e outros dois em Engenheiro Navarro. Entre eles, está o homem apontado como líder da organização criminosa e uma ex-gerente de um banco, que teria facilitado as fraudes e foi demitida após o início das investigações.

Esquema

Conforme explica o delegado Leandro Macedo, da 5ª DEIFRVA, as apurações tiveram início há aproximadamente um ano e meio. Os suspeitos criavam caminhões a partir de documentações forjadas com base em veículos que ainda estavam em montadoras, cooptavam laranjas para formação de empresas fantasmas e, ao falsear o capital dessas empresas, adquiriam crédito com instituições financeiras apresentando os supostos veículos como garantia de financiamento. O dinheiro então era ocultado em esquemas de lavagem de dinheiro, com compra de imóveis ou de veículos legítimos. A Polícia Civil estima que o total de crédito ilícito obtido pelo grupo seja de aproximadamente R\$ 100 milhões.

“Desde o início dos levantamentos, observamos que se tratava de um grupo altamente organizado e com nítida divisão de tarefas. Eles tinham o núcleo de liderança, que coordenava todas as operações e criava a documentação falsa dos caminhões; um núcleo operacional, responsável por cooptar os laranjas. A partir disso, o núcleo contábil adulterava a documentação das empresas criadas, inclusive falseando seu capital, e os caminhões, que não existiam, eram transferidos para essas empresas. Então, o núcleo bancário operava, facilitando a obtenção do crédito, gerando enorme prejuízo aos bancos”, detalhou o delegado Leandro Macedo.

A Polícia Civil apurou que os laranjas eram quase sempre pessoas sem recursos financeiros, a maioria analfabetos, trazidos do Norte de Minas para a capital, onde assinavam documentos em benefício dos investigados. Ao todo, 22 laranjas foram identificados e 40 empresas fantasmas descobertas pela PCMG.

As investigações prosseguem para prisão de três integrantes da organização criminosa que estão foragidos e completa elucidação dos fatos.